



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas,
2 remotamente, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da
3 Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência da reitora, **Ludimilla**
4 **Carvalho Serafim de Oliveira**, para deliberar sobre a pauta da oitava reunião ordinária de dois
5 mil e vinte e um. Estiveram presentes os Pró-Reitores: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
6 (PROEC): **Paulo Gustavo da Silva**; Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): **Suedes de**
7 **Araújo**; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG): **Glauber Henrique de Sousa**
8 **Nunes**; os Conselheiros representantes docentes: Centro de Ciências Agrárias (CCA): **José**
9 **Torres Filho**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Andrea Maria Ferreira Moura**;
10 Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Ângelo Magalhães Silva**; Centro
11 de Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Junior**; Centro Multidisciplinar de Angicos
12 (CMA): **Francisco Edcarlos Alves Leite**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson**
13 **Pacheco Pinheiro**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Rafaela Santana Balbi**;
14 Representante técnico-administrativo: **Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros**;
15 Representantes discentes: **Marcondes Ferreira Costa Filho**; **Maria Teodora Rocha Maia do**
16 **Amaral** e **Benedito Ferreira da Silva Neto**. Conselheiros com falta justificada: Rafael Castelo
17 Guedes Martins; Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho; e Lázaro Fabrício de França Souza. **PAUTA:**
18 **Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a ata da sétima reunião ordinária de dois mil e
19 vinte e um. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processos de renovações de
20 afastamento. **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre os Programas Gerais de
21 Componentes Curriculares (PGCC's), encaminhados via Memorando Eletrônico número dois,
22 seis, sete, de dois mil e vinte e um da Prograd. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre
23 o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito, encaminhado via Memorando Eletrônico
24 número dois, seis, quatro, de dois mil e vinte e um da Prograd. **Quinto ponto:** Apreciação e
25 aprovação do Relatório Institucional Consolidado – dois mil e vinte sobre os Grupos PET-Ufersa.
26 Encaminhado via Memorando Eletrônico número dois, cinco, oito, de dois mil e vinte e um da
27 Prograd. **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre a minuta de resolução que estabelece
28 as diretrizes para a implementação da creditação das ações de extensão nos currículos dos
29 cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). **Sétimo**
30 **ponto:** Outras ocorrências. Tendo constado o quórum legal, a presidente do conselho, **Ludimilla**
31 **Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a reunião. As justificativas de ausências foram
32 lidas, votadas, separadamente, e aprovadas por unanimidade. Logo após, a pauta foi lida e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 colocada em discussão. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** solicitou retirada do sexto
34 ponto de pauta, pois foram feitas algumas contribuições à minuta pelo Centro Multidisciplinar de
35 Caraúbas (CMC), porém essas contribuições não constavam na pasta desta reunião, sendo
36 solicitado a retirada do ponto para observar o ocorrido e em uma próxima reunião já constasse
37 a minuta com as contribuições. A conselheira **Rafaela Santana Balbi** solicitou a retirada do sexto
38 ponto de pauta, afirmando não ter sido apreciado pela comunidade do Campus de Pau dos
39 Ferros. Logo em seguida solicitou a retirada do quarto ponto de pauta também, alegando a
40 ausência do relatório do comitê de graduação, não constando no ponto quatro do PPC de direito.
41 A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** indagou o conselheiro
42 **Suedes de Araújo** sobre a questão referente à ausência do parecer do comitê de graduação. O
43 conselheiro **Suedes de Araújo** afirmou que a relatoria não encaminhou o parecer para que
44 fosse enviado aos conselheiros, porém já existia o parecer completo, dando a sugestão de que
45 fosse anexado posteriormente. A conselheira **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** solicitou
46 a inclusão do seguinte ponto na pauta: “Designação de relator(a) para a análise da proposta de
47 resolução que cria a Comissão de Heteroidentificação da Ufersa”, enfatizando que gostaria de
48 colocar em votação para ser discutido antes do último ponto da pauta. A presidente do conselho
49 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** esclareceu que a designação da relatoria era feita pela
50 presidente do conselho, sendo assim, necessário aguardar o tempo da relatoria para fazer o
51 encaminhamento das observações dos conselheiros discentes. A presidente do conselho
52 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** colocou em votação a retirada do sexto ponto de pauta,
53 sendo o resultado empate com sete votos favoráveis e sete votos contrários. Foi colocado
54 novamente em votação pela presidente do conselho a retirada do sexto ponto, sendo reprovado
55 por sete votos contrários e seis votos favoráveis. A conselheira **Rafaela Santana Balbi** afirmou
56 que foi suficiente a explicação do conselheiro **Suedes de Araújo** e retirou a solicitação de retirada
57 do quarto ponto de pauta. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** questionou a
58 presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim** se não haveria a inclusão do ponto de pauta
59 da conselheira **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**. A presidente do conselho **Ludimilla**
60 **Carvalho Serafim de Oliveira** ressaltou que não tinha como proceder com o encaminhamento,
61 já que a designação da relatoria era feita pela presidente do conselho e frisou que essa
62 designação da relatoria seria feita de imediato. Logo a pós, a presidente do conselho **Ludimilla**
63 **Carvalho Serafim de Oliveira** questionou se a proposta de inclusão da conselheira **Maria**
64 **Teodora Rocha Maia do Amaral** seria uma nova resolução ou inclusão de propostas na resolução
65 já existente acerca do tema. A conselheira **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** afirmou que
66 seria mesmo a apresentação de uma nova proposta. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva**
67 relatou que achava mais pertinente que as sugestões do DCE fossem encaminhadas no
68 momento da relatoria para a comissão já existente acerca do tema. O conselheiro **Suedes de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

69 **Araújo** concordou com a proposição do conselheiro Paulo Gustavo da Silva e salientou que a
70 PROGRAD tinha o maior interesse que isso se resolvesse rapidamente. O conselheiro **Manoel**
71 **Quirino da Silva Junior** questionou se a votação da retirada do sexto ponto de pauta se repetiria
72 novamente, pois a internet de um dos conselheiros havia caído na hora da votação e ele retornou
73 logo após. A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** afirmou não ser
74 prudente haver uma nova votação, já que a mesma poderia ter dado o voto de desempate na
75 primeira votação da retirada do sexto ponto da pauta. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva**
76 **Junior** ressaltou que ainda achava importante ter uma nova votação, tendo em vista que foi um
77 problema técnico e o conselheiro afetado relatou o problema assim que retornou logo após a
78 votação. A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** solicitou que o
79 conselheiro Manoel Quirino da Solva Junior propusesse um encaminhamento para votação da
80 repetição da votação da retirada do sexto ponto de pauta, em virtude de um problema técnico da
81 internet. Foi colocada em votação a repetição da votação da retirada do sexto ponto de pauta,
82 aprovada com treze votos favoráveis e um voto contrário. Logo após, foi aberta a votação para
83 a retirada do sexto ponto de pauta, sendo o resultado novamente de empate, com sete votos
84 favoráveis e sete votos contrários. A presidente do conselho repetiu a votação e o resultado foi,
85 mais uma vez, de empate: seis votos favoráveis e seis contrários. Desta vez, a presidente do
86 conselho desempatou com voto favorável, pois até o momento não se sabia se o erro havia sido
87 da Secretaria dos órgãos Colegiados (SOC) ou se o CMC não tinha encaminhado essas
88 propostas na época. O conselheiro **Marcondes Ferreira Costa Filho** ressaltou que gostaria de
89 manter a proposta de inclusão do seguinte ponto sugerido pela conselheira Maria Teodora Rocha
90 Maia do Amaral: “Designação de relator(a) para análise da proposta de resolução que cria a
91 comissão de heteroidentificação da UFRSA”. A conselheira **Maria Teodora Rocha Maia do**
92 **Amaral** esclareceu que a proposta de resolução elaborada pelo Diretório Central Estudantil –
93 DCE Romana Barros já estava bem estruturada, sendo mais prática do que a proposta já
94 existente e ressaltou que a comissão poderia fazer as emendas a partir dessa nova proposta do
95 DCE. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** refletiu se não estava sendo ferido algum
96 procedimento regimental da universidade, tendo em vista que seriam confrontadas duas
97 resoluções e acrescentou que não foi recebido pelas bases de ciências humanas o que foi
98 elaborada pela gestão e nem a nova proposta do DCE para uma maior análise do processo
99 acerca do tema. O conselheiro **Sueldes de Araújo** corroborou com a fala do conselheiro Ângelo
100 Magalhães Silva e acrescentou que uma inclusão de ponto de pauta de uma resolução dessa
101 forma açodada poderia acarretar um problema institucional muito grande, ressaltando achar mais
102 qualificador o DCE enviar suas propostas no momento oportuno como adendo à relatoria da
103 proposta já portariada. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** também considerou pertinente
104 que os representantes dessa proposta fizessem o encaminhamento para a comissão já existente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

105 podendo assim corroborar com as discursões que já estavam ocorrendo e evitando um trabalho
106 duplo acerca do tema e fez um encaminhamento para que a proposta enviada pelo DCE fosse
107 encaminhada para a comissão, podendo assim passar pelos trâmites da designação do relator
108 com a participação de todos. A conselheira **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** confirmou
109 que ainda achava mais pertinente a proposta feita por ela e enfatizou que seria mais produtiva
110 que a proposta já existente fosse adicionada à nova proposta que já estava pronta. O conselheiro
111 **Ângelo Magalhães Silva** enfatizou que ainda se sentia inseguro para a votação da inclusão de
112 ponto solicitada pela conselheira Maria Teodora Rocha Maia do Amaral. O conselheiro **Manoel**
113 **Quirino da Silva Junior** apontou que a relatoria era de designação da presidente do conselho
114 como constava na Resolução Consuni/Ufersa número zero, um, um de quatorze de agosto de
115 dois mil e dezessete e acrescentou que a comissão já existente havia sido constituída há pouco
116 tempo. A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** concordou com a fala
117 do conselheiro Manoel Quirino da Silva Junior e ressaltou que a demora da constituição dessa
118 comissão existente era decorrente das exigências das especificidades que essa comissão
119 apresentava. Foi colocado em votação a proposta de inclusão do seguinte ponto sugerido pela
120 conselheira Maria Teodora Rocha Maia do Amaral: “Designação de relator(a) para análise da
121 proposta de resolução que cria a comissão de heteroidentificação da UFERSA”, sendo aprovada
122 com seis votos favoráveis, cinco contrários e três abstenções, e passando a ser o sexto ponto
123 da pauta. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** declarou seu voto de abstenção colocando
124 em reflexão até onde ia o poder de um conselho deliberativo que por mais representativo que
125 fosse acabava sucumbindo em uma decisão até monocrática do gestor eleito ou não e enfatizou
126 que o conselho superior devia ser superior em todas as instâncias. Colocou em reflexão
127 novamente em que medida as relatorias eram determinadas pela caneta do gestor de ocasião
128 sendo uma contradição às relatorias serem estabelecidas sem passarem pelo crivo coletivo dos
129 conselhos superiores e afirmou que haviam matérias que os relatores não tinham nem sequer
130 intimidade com o tema. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** alertou que com o resultado da
131 votação estavam sendo atropelados os regulamentos vigentes. Sem mais, a pauta com
132 alterações, foi votada e aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** A presidente do
133 conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discursão e votação a ata da
134 sétima reunião ordinária de dois mil e vinte e um. Não havendo discursões, foi aprovada por
135 unanimidade. **SEGUNDO PONTO.** A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de**
136 **Oliveira** colocou os processos de renovações de afastamento em votação separadamente. Em
137 discussão sobre o processo de renovação de afastamento da servidora Bárbara Laís Felipe de
138 Oliveira, o Conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** destacou que o período do pedido de
139 afastamento do país era maior do que o período de renovação do afastamento e observou que
140 faltavam assinaturas em algumas páginas da documentação enviada. A conselheira **Andrea**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

141 **Maria Ferreira Moura** questionou se era necessário fazer um montante da documentação dos
142 afastamentos anteriores da professora em questão, salientando que as pastas estavam ficando
143 cada vez maiores, o que dificultava a visualização do documento que estava realmente sendo
144 apreciado. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** corroborou com as observações do
145 conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, ressaltando as várias páginas que faltavam assinaturas
146 e o período de renovação de afastamento. A conselheira **Rafaela Santana Balbi** observou que
147 esse equívoco em relação ao período de afastamento fora do país podia ter sido em função da
148 pandemia, tendo as questões de espera da vacinação e diminuição do período pandêmico,
149 acreditando ter havido um equívoco nas alterações das datas do documento. O conselheiro
150 **Hudson Pacheco Pinheiro** concordou com o questionamento da conselheira Andrea Maria
151 Ferreira Moura, não achando necessário esse montante de documentação, porém do período
152 anterior achava válido o requerimento de solicitação e a portaria de autorização de afastamento
153 para uma melhor análise das solicitações. O processo de renovação de afastamento da servidora
154 Bárbara Laís Felipe de Oliveira foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em
155 seguida, a presidente do conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em
156 discussão o processo de renovação de afastamento da servidora Marianna Cruz Campos
157 Pontarolo. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** observou também que faltavam
158 assinaturas em algumas páginas do processo. Logo em seguida, foi colocado em votação o
159 processo de renovação de afastamento da servidora Marianna Cruz Campos Pontarolo, sendo
160 aprovado por unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho**
161 **Serafim de Oliveira** colocou o ponto em discussão. Não havendo discursões, foi colocado em
162 votação, sendo aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO.** A presidente do conselho
163 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou o ponto em discussão e colocou em votação
164 a participação com fala do professor convidado Rafael Lamera Giesta Cabral, sendo aprovada
165 por unanimidade. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Junior** solicitou ao conselheiro
166 Suedes de Araújo que a PROGRAD enviasse o parecer do comitê de graduação sobre o PPC
167 de direito. Logo em seguida, o conselheiro **Suedes de Araújo** afirmou que a PROGRAD
168 analisou as alterações do PPC de direito, considerando o parecer do comitê de graduação e as
169 diretrizes curriculares para o curso de direito, estando tudo de acordo com as orientações e que
170 esse projeto havia sido encaminhado para apreciação e deliberação pelo CONSEPE. A
171 conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura** elogiou o PPC de direito e pediu maiores
172 esclarecimentos ao professor convidado Rafael Lamera Giesta Cabral sobre algumas partes
173 relacionadas ao núcleo de extensão e pesquisa citado no PPC. O Convidado Rafael Lamera
174 Giesta Cabral esclareceu que o PPC do curso de direito previa um curso de extensão dentro do
175 curso, sendo uma forma de acompanhar de forma individualizada cada estudante dessa
176 integralização e acrescentou que com isso o site do curso de direito passava a ser uma vitrine



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

177 de transparência das ações realizadas dentro do curso, facilitando o acesso às informações para
178 o próprio discente e também uma forma de preparar o curso para as auto avaliações e avaliações
179 periódicas. Por fim, destacou que era um PCC bem embasado e era essencialmente para
180 atender as demandas e necessidades da cidade de Mossoró e seu entorno, sendo esse projeto
181 uma nova possibilidade para flexibilização e uma formação mais sólida e humanística dos
182 discentes. Não havendo mais discursões, a presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim**
183 **de Oliveira** colocou o ponto em votação, sendo aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO.**
184 A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** colocou o ponto em
185 discussão. A conselheira **Andrea Ferreira Moura** questionou sobre o não cumprimento dos
186 prazos estipulados pelo MEC relativos à prestação de contas da verba de custeio do ano de dois
187 mil e vinte do grupo PET-Ufersa. O conselheiro **Sueldes de Araújo** esclareceu que foi no retorno
188 logo após o período em que a universidade ficou fechada devido a pandemia e que passou
189 despercebido pela PROGRAD que essa prestação de contas deveria ter sido feita. Em seguida
190 ressaltou que, para prestação de contas em tempo e que não ocorresse problema da mesma
191 natureza, era necessária a ata dessa reunião assinada por todos os conselheiros presentes até
192 o dia trinte de setembro do corrente ano a fim de ser encaminhada ao MEC. Foi colocado em
193 votação o ponto, sendo aprovado por unanimidade. **SEXTO PONTO.** O conselheiro **Marcondes**
194 **Ferreira Costa Filho** solicitou que fosse votada a participação do estudante Luan Fonseca
195 Araújo. Logo em seguida, foi colocada em votação a participação com fala do aluno Luan
196 Fonseca Araújo, sendo aprovada por unanimidade. O convidado estudante Luan Fonseca Araújo
197 pontuou que a discussão sobre esse assunto já havia começado antes da pandemia, e com a
198 mudança de gestão, juntamente com o período pandêmico, tinha ocorrido uma diminuição dos
199 debates e perda do trabalho já feito acerca do tema. Em relação ao documento que já havia sido
200 construído, destacou que foi refeito todo o trabalho novamente, fazendo mapeamento de grupos
201 relacionados à temática, reunindo para a construção do documento novamente e lembrou que
202 esse documento foi construído com contribuições de alguns alunos da comissão já existente
203 também. Ressaltou também que esse documento foi baseado em resoluções de comissões já
204 concretas de outras universidades e salientou que o documento era robusto, resguardando todos
205 os envolvidos nesse processo. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva**, sobre as observações
206 feitas pelo estudante, achou pertinente que seu encaminhamento do início, para que os
207 representantes dessa proposta fizessem o encaminhamento para a comissão já existente,
208 voltasse para votação, tendo em vista que os alunos possuíam acesso à pessoas da comissão
209 já existente e poderiam contribuir com o documento todo elaborado, evitando trabalho em dobro.
210 O conselheiro **Sueldes de Araújo** indagou sobre a proposta de designação do conselho,
211 considerando ser regimental que essa designação fosse feita pela presidente do conselho, o que
212 tornava inválida a discursão e sugeriu convidar o presidente da comissão de heteroidentificação,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

213 Professor Ananias Agostinho da Silva, para a discursão. Logo em seguida a presidente do
214 conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação a participação com fala
215 do Professor Ananias Agostinho da Silva, sendo aprovada por unanimidade. O conselheiro
216 **Manoel Quirino da Silva Junior** indagou quem seria o presidente da comissão, tendo em vista
217 que na portaria número cinco, zero, zero, de dezenove de agosto de 2021, do Gabinete da
218 UFERSA, constava que o presidente era Carmelindo Rodrigues da Silva. O conselheiro **Sueldes**
219 **de Araújo** confirmou que o presidente da comissão era o professor Carmelindo Rodrigues da
220 Silva e que a comissão advinha da Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e
221 Inclusão Social (Caadis), onde o professor Ananias Agostinho da Silva era o coordenador. O
222 convidado discente Luan Fonseca Araújo ressaltou que a comissão existente acerca da temática
223 deveria ter um documento mais robusto que abrangesse todas as questões. A presidente do
224 conselho **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira** pediu um maior esclarecimento, tendo em
225 vista a complicação no entendimento sobre se o documento construído pelos conselheiros
226 estudantes entraria como uma contribuição ao trabalho que já estava sendo feito ou se seria
227 somente a solicitação da designação da relatoria do documento enviada pelos conselheiros. O
228 convidado professor Ananias Agostinho da Silva pontuou que foi elaborado um planejamento
229 que primeiramente a comissão passaria por um processo de formação, tendo contribuições de
230 comissões bem fundamentadas de outras universidades, enriquecendo os debates, estudos e
231 discursões, salientando ser de grande importância o conhecimento de como o processo de
232 heteroidentificação deveria funcionar legalmente e como tinha funcionado em instituições
233 renomadas. Ressaltou que foi de fundamental importância todos esses estudos, debates e
234 observações, para que também fosse discutido como na universidade esse procedimento
235 poderia ser desenvolvido. Por fim, afirmou que depois dessa etapa de formação a comissão
236 estava se reunindo para apresentar uma proposta de documento, que posteriormente iria para
237 os conselhos superiores da universidade. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** ressaltou mais
238 uma vez que achava pertinente o seu encaminhamento, apontando que era trabalho dobrado a
239 existência de duas resoluções acerca da mesma temática e que a designação do relator era de
240 competência da presidente do conselho. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** corroborou
241 com a fala do conselheiro Paulo Gustavo da Silva, frisando que era uma questão de zelo com as
242 coisas públicas. O convidado estudante Luan Fonseca Araújo citou a fala do conselheiro Ângelo
243 Magalhães Silva em relação ao atropelamento do procedimento envolvido nesse tema e falou
244 que a resolução da comissão já portariada não tinha um documento que articulasse sua atuação.
245 O discente frisou que não estava tirando o mérito da comissão já existente, refletindo sobre qual
246 seria o problema de a comissão já existente aproveitar a proposta de resolução já elaborada
247 pelos discentes. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** afirmou mais uma vez que era mais
248 adequado que o documento tivesse só uma via burocrática e que que os discentes



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

249 encaminhassem a documentação para a comissão já existente. O conselheiro **Marcondes**
250 **Ferreira Costa Filho** ressaltou que a comissão já existente não tinha um documento ainda e fez
251 uma reflexão sobre qual seria a problemática da designação do relator para o documento que já
252 existia. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** ressaltou que a comissão já existente havia sido
253 constituída há pouco tempo e que por isso ainda não havia um documento devidamente
254 elaborado. A conselheira **Maria Teodora Rocha Maria do Amaral** salientou que era viável o
255 aproveitamento pela comissão da proposta de resolução criada pelos discentes para contribuir
256 na construção do documento da comissão já existente. A presidente do conselho **Ludimilla**
257 **Carvalho Serafim de Oliveira** pediu maiores esclarecimentos ao professor Ananias Agostinho
258 da Silva sobre essa metodologia usada pela comissão acerca do tema. O professor convidado
259 Ananias Agostinho da Silva esclareceu que a metodologia utilizada pela comissão estava em
260 construção, que havia um texto em relação ao funcionamento da metodologia pela comissão e
261 outro pelos diretórios. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** colocou em questionamento se a
262 comissão já definida estava ouvindo os discentes da maneira correta, pois eles estavam vindo
263 com outra proposta e não com complemento e ressaltou que era de extrema importância essa
264 participação dos discentes. O professor Ananias Agostinho da Silva afirmou que a comissão
265 possuía três discentes e que a avaliação dele com relação a participação desses discentes era
266 positiva, sendo o ambiente da comissão democrático e de cordialidade nos encontros. O
267 conselheiro **Sueldes de Araújo** aconselhou mais uma vez aos estudantes que enviassem essa
268 proposta à comissão já existente e que no momento oportuno houvesse a discussão. Ressaltou
269 também que o conselho não podia designar relator para uma minuta que não estava pronta. O
270 estudante Luan Fonseca Araújo registrou que a proposta dos discentes estava bem elaborada,
271 tendo zelo com a universidade, que não estava sendo uma proposta precipitada, e que tinha sido
272 construída com várias contribuições e que achava pertinente que essa proposta fosse pelo
273 menos um ponta pé inicial para o documento da comissão já existente. O conselheiro **Paulo**
274 **Gustavo da Silva** pontuou a existência de um documento federal que falava como deveria ser
275 constituída a comissão e que se os conselheiros votassem a favor da proposta dos discentes
276 estariam cometendo um ato arbitrário, pois estariam sendo contrários a um documento federal
277 e alertou que estava fazendo isso para que ninguém tomasse decisões erradas e sofressem
278 possíveis consequências. Por fim, a presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim**
279 esclareceu que seriam votadas duas proposições, a do conselheiro Paulo Gustavo da Silva e a
280 do conselheiro Marcondes Ferreira Costa Filho. Logo em seguida, foi colocada em votação a
281 proposta do DCE, que era a designação do relator por meio da Reitora para a análise da proposta
282 feita por eles que era anterior à criação da própria comissão, contra a proposta do conselheiro
283 Paulo Gustavo da Silva, que era encaminhar o documento apresentado à comissão que já estava
284 constituída e a mesma apreciaria e daria os encaminhamentos pertinentes, sendo a proposta do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

285 conselheiro Paulo Gustavo da Silva mais votada com seis votos, a do DCE com cinco votos e
286 duas abstenções. O conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** justificou seu voto favorável à
287 proposta do DCE falando que não achava que era uma minuta de resolução contra outra e que
288 qualquer setor da universidade tinha o direito de apresentar um documento à gestão e pedir um
289 parecer, um relator. **SÉTIMO PONTO.** A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho Serafim**
290 **de Oliveira**, colocou o ponto em discussão. O conselheiro **Ângelo Magalhães Silva** lembrou
291 dos cem anos de Paulo Freire, afirmando que ele estaria estarecido com os sinais que as
292 universidades estavam apontando para os investimentos em educação e fez uma crítica sobre o
293 lugar que a Ufersa estava ocupando no cenário midiático local, citando a abertura de um Campus
294 na Serra de São Bento, ressaltando que o professor Paulo Freire tinha responsabilidade com a
295 expansão do ensino. Elogiou a comissão que estava responsável pela abertura do projeto do
296 curso de especialização em gestão pública. A presidente do conselho **Ludimilla Carvalho**
297 **Serafim de Oliveira** refutou a fala do conselheiro Ângelo Magalhães Silva dizendo que o pleito
298 do Campus de Serra de São Bento era um pleito do público freiriano, dos agricultores, da
299 comunidade e citou uma passagem de Paulo Freire que dizia que a leitura de mundo precedia a
300 leitura da palavra. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** pediu à PROGRAD para que
301 adiasse o prazo do período de solicitação de novas turmas no Sistema Integrado de Gestão de
302 Atividades Acadêmicas (SIGAA), tendo em vista que ainda estava sendo discutido o formato do
303 ensino do próximo semestre, não tendo a certeza de que até o último dia do prazo a minuta a
304 respeito desse tema já tenha sido votada. O conselheiro **Sueldes de Araújo** afirmou que a
305 PROGRAD já estava com a proposta da alteração de turmas e que viria a ser colocada para
306 discussão do conselho na próxima reunião extraordinária. Logo em seguida, ressaltou que
307 achava necessária a revisão do procedimento feito em relação às emendas como constavam na
308 resolução do CONSUNI, afirmando que elas serviam para construção da proposta de um texto.
309 O conselho **Manoel Quirino da Silva Junior** corroborou com a fala do conselheiro Sueldes de
310 Araújo, afirmando que realmente havia uma necessidade de uma alteração na resolução citada
311 pelo conselheiro. Voltando a sua fala, o conselheiro **Sueldes de Araújo** pontuou que alguns
312 professores citaram a falta de conhecimento dos textos discutidos em reunião nas bases da
313 universidade, não concordando com a fala, já que esses textos saíam da PROGRAD bem
314 enxutos para a maior compreensão de todos. Pediu que os representantes de cada centro e
315 campus encaminhassem as solicitações de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) à Pró-
316 Reitoria de Administração (PROAD) para que houvesse tempo hábil para providenciá-los para a
317 volta às aulas presenciais de uma forma segura. O conselheiro **Paulo Gustavo da Silva** lembrou
318 que a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) lançou dois editais e pediu que fosse
319 divulgado com seus respectivos centros e setores. A conselheira **Andrea Maria Ferreira Moura**
320 também solicitou à PROGRAD, caso fosse possível, a extensão do prazo das emendas da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

321 minuta relacionada à volta das aulas presenciais, visto que era um ponto muito importante e nos
322 últimos dias a comunidade havia ficado sobrecarregada de reuniões e colaborações, sendo
323 importante um tempo maior para se aprofundar no trabalho da minuta. O conselheiro **Sueldes**
324 **de Araújo** retificou a data relacionada a ata a prestação de conta do relatório antes citado, tinha
325 informado que seria até o dia trinta do mês de setembro, sendo ela até o dia trinta do mês de
326 outubro do corrente ano. Logo em seguida, afirmou à conselheira Andrea Maria Ferreira Moura
327 que irá analisar a solicitação da extensão do prazo. Por fim, a presidente do conselho **Ludimilla**
328 **Carvalho Serafim de Oliveira** corroborou com o pedido feito da conselheira Andrea Maria
329 Ferreira Moura, afirmando que todos os passos para o retorno das aulas deveriam ser
330 milimetricamente pensados, agradeceu a presença de todos os conselheiros e deu por encerrada
331 a reunião. E eu, **Éricka Tayana Lima Bezerra**, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei
332 a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia vinte e dois, primeira
333 sessão, e vinte e cinco, segunda sessão, de outubro de dois mil e vinte e um, segue assinada
334 pela presidente do CONSEPE, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim.
335 xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

336 **Presidente:**

337 Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

338 **Pró-Reitores:**

339 PROEC: Paulo Gustavo da Silva _____

340 PROGRAD: Sueldes de Araújo _____

341 PROPPG: Glauber Henrique de Sousa Nunes _____

342 **Centro de Ciências Agrárias – CCA:**

343 José Torres Filho _____

344 **Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:**

345 Andrea Maria Ferreira Moura _____

346 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:**

347 Ângelo Magalhães Silva _____

348 **Centro de Engenharias – CE:**

349 Manoel Quirino da Silva Junior _____

350 **Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA:**

351 Francisco Edcarlos Alves Leite _____

352 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**

353 Hudson Pacheco Pinheiro _____

354 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**

355 Rafaela Santana Balbi _____

356 **Representante técnico-administrativo:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

357 Maria de Lourdes Fernandes de Medeiros _____

358 **Representantes discentes:**

359 Maria Teodora Rocha Maia _____

360 Marcondes Ferreira Costa Filho _____

361 Benedito Ferreira da Silva Neto _____

362 **Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**

363 Éricka Tayana Lima Bezerra _____